

FATORES DE COMPETITIVIDADE AVANÇOS E RETROCESSOS ESFERA FEDERAL

Outubro/2014.





FATORES DE COMPETITIVIDADE AVANÇOS E RETROCESSOS ESFERA FEDERAL

Outubro/2014.

EXPEDIENTE

Sistema FIRJAN | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente: Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Diretora: Luciana Costa M. de Sá

Diretoria Regional SENAI / Superintendência SESI

Diretora Superintendente: Maria Lúcia Telles

Diretoria de Educação

Diretora: Andréa Marinho

Diretoria de Inovação

Diretor: Bruno Souza Gomes

Diretoria de Qualidade de Vida

Diretor: Bernardo Schlaepfer

Diretoria Jurídica

Diretor: José Roberto Borges

Centro Internacional de Negócios

Diretor: Amaury Temporal

Elaboração do documento

APDE – Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

ASSED – Assessoria de Educação

ASSIN – Assessoria de Inovação Tecnológica

GCI – Gerência de Competitividade Industrial e Investimentos

GGJ – Gerência Geral Jurídica

GIN – Gerência do Centro Internacional de Negócios

GJF – Gerência Jurídica Tributária e Fiscal

GMA – Gerência de Meio Ambiente

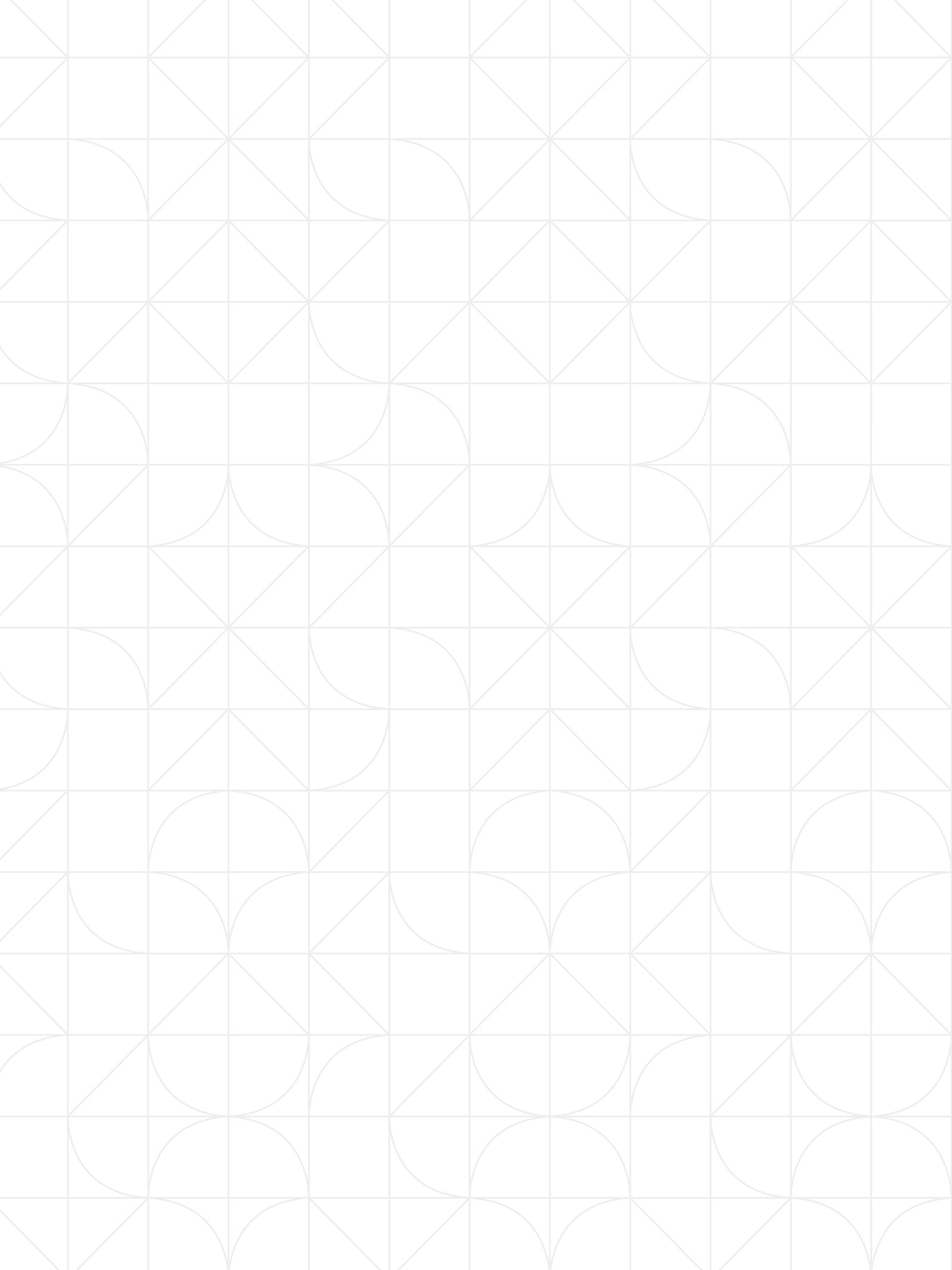
Sede

Av. Graça Aranha, 1 – Centro, Rio de Janeiro – RJ
Para conhecer todas as publicações FIRJAN acesse www.firjan.org.br ou acompanhe as redes sociais do Sistema FIRJAN.

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.



APRESENTAÇÃO

A competitividade de um país pode ser definida como sua capacidade de produzir bens e serviços oferecendo-os ao mercado nacional e internacional a preços menores do que os produzidos por países concorrentes. Isso só é possível, porém, se o país dispuser de condições adequadas que viabilizem a produção de bens, e serviços em bases competitivas.

A esse conjunto de condições o Sistema FIRJAN intitulou de fatores de competitividade. Tributação, Crédito e Financiamento, Energia, Meio Ambiente, Legislação Trabalhista, Registro/ Burocracia, Infraestrutura Logística, Comércio Internacional, Inovação e Tecnologia, e Educação. Dez fatores que, individualmente e conjuntamente, afetam diretamente a competitividade das empresas e do país.

A visão empresarial: Fatores de Competitividade



A evolução recente dos fatores de competitividade foi analisada e debatida no que diz respeito a sua relevância do ponto de vista empresarial, tendo identificado avanços e retrocessos.

O resultado desse processo é apresentado de forma sumarizada a seguir, buscando ressaltar os aspectos mais importantes em cada tema, como forma de contribuir para a construção de um Brasil mais competitivo.

1. TRIBUTAÇÃO

A carga tributária no Brasil prossegue em trajetória de elevação e o sistema tributário tem se tornado cada vez mais complexo com frequentes mudanças de regras, o que prejudica a competitividade das empresas brasileiras. Apesar dos avanços pontuais, é preciso caminhar para a redução e simplificação dos tributos, o que implica que a pauta tributária continua sendo a grande preocupação empresarial.

Avanços nos últimos anos:

- Refis federal;
- Desoneração da folha de pagamento de forma permanente;
- Implantação do Reintegra;
- Redução de IPI, ainda que pontual (como a de bens de consumo para linha branca e automóveis);
- Reduções de prazo para devolução de créditos PIS/Cofins sobre bens de capital;
- Postergação do prazo de recolhimento do PIS/Cofins (ocorrido no ano de 2012);
- Ampliação do Reporto;
- Suspensão de PIS/Cofins e IPI para o Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga (REPUBL) e para materiais e serviços de obras civis;
- Melhoria da tributação dos lucros auferidos no exterior;
- Aumento do limite do regime de tributação pelo lucro presumido;
- Obrigação de divulgação dos tributos incidentes na venda e na prestação de serviço;
- Ampliação das atividades autorizadas a optar pelo Simples Nacional.

Prioridades não atendidas/Retrocessos:

- A Reforma Tributária que havia sido prometida não ocorreu. Também não houve extinção do PIS e da Cofins e tampouco se viabilizou a utilização de todos os créditos;
- Aumento da carga tributária, passando de 33,5% em 2010 para 35,9% em 2012;
- Aumento da complexidade e dos custos das obrigações tributárias acessórias, em especial, por se tornarem eletrônicas;
- Aumento da produção de normas pelo Confaz;
- Não houve atualização dos limites do Simples Nacional, desde novembro 2011 (caso se praticasse a atualização pelo IPCA entre janeiro de 2012 e julho de 2014, haveria aumento dos limites em 15,7%).

2. CRÉDITO/FINANCIAMENTO

Nos anos recentes o governo anunciou que iria expandir o crédito para pessoas físicas, aumentar o microcrédito e ampliar recursos para inovação, garantindo a ampliação da participação do crédito privado e de mecanismos de garantias a financiamentos. Apesar da expansão efetiva do crédito, observou-se que ela ocorreu majoritariamente com recursos públicos, gerando dúvidas sobre sua sustentabilidade.

Avanços nos últimos anos:

- O crédito total saltou de 45,1% do PIB para 56,4% do PIB desde 2011;
- Aumento dos desembolsos do BNDES, que atingiram nível recorde em 2013 (R\$ 190 bilhões) com ampliação do crédito para infraestrutura, máquinas e equipamentos e inovação (impulsionados pelo PSI);
- Foi criada em 2012 a ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.), empresa pública complementar ao mercado privado, destinada a fornecer garantias para operações de risco ligadas a projetos de infraestrutura, para exportações, para oferta de garantias e para a gestão de fundos garantidores oficiais no Brasil;
- Foi criado em 2012 o Fundo de Financiamento à Exportação de MPME – Proex Financiamento.

Prioridades não atendidas/Retrocessos:

- Expansão do crédito em relação ao PIB se deveu exclusivamente ao setor público (+11% do PIB), não ao setor privado;
- O acesso às linhas de crédito públicas, com condições mais atrativas – em particular as linhas do BNDES – ainda é extremamente burocrático e direcionado para setores específicos;
- O financiamento privado, embora menos burocrático, se dá por meio de taxas de juros muito altas, principalmente em função dos spreads bancários que continuam em patamares elevados;
- Aumento do desembolso do BNDES exigiu aportes do Tesouro, com custos que serão pagos pela sociedade;
- A ABGF ainda não está operando na prática, fazendo com que o problema das garantias continue a ser o entrave à obtenção de crédito, em especial à exportação;
- Fundo de Financiamento à Exportação de MPME – Proex Financiamento ainda não está em operação.

3. ENERGIA

Energia elétrica em quantidade, qualidade e preço adequado é um fator de competitividade essencial para a indústria. O governo tinha como objetivos principais, entre outros, a redução tarifária; o aumento da segurança da matriz, garantindo a preponderância de fontes renováveis; a melhora da qualidade da energia resultando de melhor fiscalização e avanços regulatórios; e a construção de novas usinas nucleares no Brasil, cujas localizações seriam definidas em 2012. Apesar de pequenos avanços terem sido registrados, o resultado das ações governamentais no setor, em conjunto com fatores conjunturais, levaram a graves desequilíbrios, ainda sem solução definida.

Avanços nos últimos anos:

- Redução do preço da energia elétrica em janeiro de 2013, com a renovação das concessões, em 20% para a indústria no mercado regulado;
- Aumento da inserção de energia eólica na matriz energética;
- Início de debates pela Aneel sobre melhorias no cálculo dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia.

Prioridades não atendidas/Retrocessos:

- Processo de renovação de concessões e da redução do custo de energia desestruturou o setor, impactando sua capacidade de investimento, previsibilidade e em especial sua segurança jurídica. Em conjunto com a escassez de chuvas, causou grande desbalanceamento econômico/financeiro nas distribuidoras, requerendo aportes expressivos que serão pagos pelo consumidor nos próximos anos;
- Uso de recursos do Tesouro Nacional para garantir a redução almejada e anunciada pelo governo, no âmbito da renovação das concessões, de 20%, terá que ser pago por toda a sociedade;
- Custo de energia voltou a subir rapidamente novamente, e no mês de agosto de 2014 a redução de 20% para o setor industrial já havia sido completamente eliminada. Tendência para os próximos anos é de elevação contínua do preço de energia;
- Há a percepção por parte da indústria de piora significativa na qualidade do fornecimento de energia, que não é captada oficialmente, pois os indicadores disponíveis são ainda pouco abrangentes;
- A questão ambiental tem limitado a análise econômica de alternativas de expansão de matriz, o resultado sendo a não aceitação por parte do governo de discutir a volta de usinas com grandes reservatórios e a ampliação do uso de térmicas a carvão;
- Há poucos incentivos para a inclusão de biomassa na matriz energética brasileira, que conta com enorme potencial de expansão e que poderia contribuir para o aumento da segurança e diminuição do custo da energia no país.

4. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental é pré-requisito para o desenvolvimento nacional. O licenciamento ambiental é uma forma visível dessa importância, ao definir as regras e limites de impacto que cada empreendimento pode ter sobre o meio ambiente. Não obstante a sua importância, observou-se nos últimos anos aumento da burocracia, da falta de transparência e da lentidão dos processos, nos mais diversos setores, impactando diretamente a competitividade industrial.

Avanços nos últimos anos:

- Publicação da Lei Complementar 140/11 – que define competências para o licenciamento ambiental;
- Modernização do licenciamento para obras de infraestrutura – através das Portarias Interministeriais 419/11, 423/11, 425/11; Portarias MMA 420/11, 421/11, 422/11, 424/11; e da Instrução Normativa Ibama 14/11;
- Publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/10.

Prioridades não atendidas/Retrocessos:

- Obrigatoriedade do RETP – Registro de Emissão e Transferência de Poluentes, vinculado ao Cadastro Técnico Federal (CTF) do Ibama;
- Inclusão dos inventários e dos planos de gerenciamento de emissões de gases de efeito estufa no licenciamento ambiental, aumentando o custo do processo;
- Falta de integração entre os sistemas de licenciamento dos diferentes órgãos da administração federal, e destes com os órgãos estaduais e municipais;
- Falta de transparência e controle da tramitação dos processos de licenciamento ambiental;
- Baixa celeridade dos processos de licenciamento ambiental;
- Criação do CNORP – Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, obrigação vinculada ao CTF do Ibama, aumentando custo e o tempo do processo de licenciamento ambiental;
- Plano Nacional de Resíduos Sólidos, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ainda não foi publicado;
- Lixões ainda não foram eliminados conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Acordos setoriais de logística reversa ainda não foram finalizados nem implementados, gerando insegurança jurídica para as indústrias;
- SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos ainda não foi implementado conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Demora na regulamentação de instrumentos econômicos de apoio à logística reversa.

5. LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

As transformações ocorridas nos mercados contemporâneos refletem-se também na lógica das relações de trabalho e das organizações empresariais, movidas essencialmente pela competitividade. A grande diversidade encontrada nas relações de trabalho contemporâneas só pode ser regulada por um sistema aberto, que favoreça a negociação coletiva, permitindo a criação de regras adequadas a cada forma de trabalho. Todavia, o sistema rígido da CLT praticamente não deixa espaço para a autodeterminação das partes, limitando bastante o alcance da negociação coletiva. Ademais, nos últimos anos, observou-se um crescente desbalanceamento entre direitos e deveres de trabalhadores e empresários, impactando diretamente a relação capital-trabalho, com custos elevados para o setor empresarial.

Avanços nos últimos anos:

- Constituição de grupo de trabalho confederativo do eSocial, criando ambiente de diálogo para aperfeiçoamento do novo instrumento proposto com a participação do setor empresarial.

Prioridades não atendidas/Retrocessos

- Modificação da NR-12 (em dezembro/2010) sem considerar seus custos de implantação e tampouco o tempo necessário para adequação de máquinas e equipamentos;
- Ausência de regulação legal das terceirizações, gerando insegurança jurídica e, por via de consequência, aumento de custos para o setor empresarial;
- Excesso de normas editadas pelo Ministério do Trabalho.

6. REGISTRO DE EMPRESAS/BUROCRACIA

Facilidade de abrir e fechar empresas e agilidade no cumprimento das obrigações legais são fatores essenciais para a competitividade empresarial. Quanto menos recursos forem destinados a esses processos, mais sobram para que o setor empresarial se dedique à produção, inovação e ao desenvolvimento de seus negócios. Nesse tema, avanços foram obtidos nos anos recentes, mas precisam ser aprofundados para que a competitividade empresarial possa ser impactada positivamente.

Avanços nos últimos anos:

- Criação da Lei de Acesso à Informação;
- Implantação do Portal do Empreendedor que permite a legalização simples e imediata do Microempreendedor Individual (MEI);
- Lei Complementar 147/2014, que ampliou os benefícios para as MPEs, entre eles: extensão do Simples Nacional para mais 140 atividades econômicas a partir de 2015; facilitação da abertura e fechamento de empresas que estejam com pendências ou débitos tributários; e a extensão dos incentivos à exportação para empresas de serviços.

Prioridades não atendidas/Retrocessos:

- Tímido avanço dos órgãos públicos federais na elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão, conforme previsto no Decreto Federal 6.932/2009;
- Falta de integração entre os órgãos das três esferas de governo no processo de abertura de empresas;
- Inexistência de processos claros e unificados que facilitem o cumprimento das obrigações legais.

7. INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

A logística é essencial para a competitividade. Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos na quantidade, qualidade e com funcionamento adequado permitem a redução do custo de movimentação de insumos e produtos finais, garantindo menores custos, mais eficiência e mais competitividade.

Apesar de anúncios auspiciosos terem sido feitos por parte do governo federal – como a concessão, construção e duplicação de quase 15 mil km de rodovias; a construção e concessão de mais de 14 mil km de ferrovias e a construção do Trem de Alta Velocidade (TAV); a dragagem em dezenas de portos; e a concessão de aeroportos em conjunto com a vasta ampliação de utilização de aeroportos regionais, pode-se afirmar que o observado na prática ficou muito aquém do prometido e do considerado necessário pelo setor empresarial para poder trazer ganhos globais de competitividade para o país.

Avanços nos últimos anos: rodovias

- Concedidos 4.250 km de rodovias e realizadas obras de construção/duplicação de 3.003 km de rodovias federais;
- No estado do Rio de Janeiro, nas rodovias concedidas, foi iniciada a construção da nova pista da Serra de Petrópolis, na BR 040, e está em andamento o processo junto aos órgãos federais e de licenciamento para a construção da nova pista da Serra das Araras, na BR 116, com obras autorizadas pelo órgão de controle federal, ANTT.

Prioridades não atendidas/Retrocessos: rodovias

- Postura unilateral do governo levou à fixação de Taxa Interna de Retorno não alinhada à expectativa do mercado em alguns processos de concessão, afastando investimentos;
- No Rio de Janeiro, não foi cumprido o cronograma de responsabilidade do governo federal: a obra do Arco Metropolitano, entre Manilha e Santa Guilhermina, não começou.

Avanços nos últimos anos: ferrovias

- Foram construídos pelo governo 1.053 km de ferrovias.

Prioridades não atendidas/Retrocessos: ferrovias

- Postura unilateral do governo levou à fixação de Taxa Interna de Retorno das concessões não alinhada à expectativa do mercado, afastando investimentos;
- A garantia oferecida pelo governo baseada no compromisso da Valec de comprar toda a capacidade dos novos ramais e revender para quem quiser utilizar os trilhos, no modelo “acesso aberto”, não gerou confiança nos investidores, impedindo as concessões;

- No Rio de Janeiro, não foi realizada a concessão da ferrovia Rio-Campos-Vitória/ES, conectando os ramais da FCA (norte) e MRS (sul). A ligação ferroviária ao Porto do Açu, essencial para seu desenvolvimento, não foi construída.

Avanços nos últimos anos: portos

- Aprovação da nova Lei dos Portos;
- Adoção do Programa Porto 24 Horas nos principais portos, com redução do tempo médio para a liberação de cargas de 18 para 14 dias;
- Realização da primeira fase das dragagens;
- Foram autorizados 23 novos Terminais de Uso Privativo e a expansão de outros dois terminais com investimentos de R\$ 9,5 bilhões, além da renovação de concessão de quatro terminais;
- Em relação ao Rio de Janeiro foram autorizados cinco terminais (Brasa/ Niterói, Flexibras, Intermoor e NOV flexíveis e LLX Açu) com investimentos de R\$ 1,1 bilhão.

Prioridades não atendidas/Retrocessos: Portos

- Mudanças nas regras trabalhistas onerando os operadores portuários, com a diferenciação das categorias em sindicatos próprios, obrigatoriedade de contratação via Órgão Gestor da Mão de Obra (OGMO) e dificuldades de cancelamento de registro dos profissionais, em caso de aposentadoria;
- Perda do caráter deliberativo dos Conselhos de Autoridades Portuárias (CAPs), que se tornaram apenas consultivos;
- Falta de apuro técnico nos editais de licitação ou relicitação de terminais levando a erros, como dimensionamento equivocado dos terminais (áreas de acostagem menores que os navios utilizados na navegação de longo curso no Brasil);
- Legislação impôs limite de expansão em até 25% da área do porto ou terminal em relação ao projeto original, o que inibe investimentos.

Avanços nos últimos anos: aeroportos

- Foram concedidos os aeroportos de São Gonçalo do Amarante, Viracopos, Guarulhos, Brasília, Galeão – Antônio Carlos Jobim e Confins;
- Foi implantado o Aeroporto 24 horas, com redução do tempo médio para a liberação de cargas de 6,3 para 3,7 dias.

Prioridades não atendidas/Retrocessos: aeroportos

- Postura unilateral do governo na escolha dos aeroportos regionais que serão construídos ou que receberão investimentos, sem considerar a viabilidade comercial.

8. COMÉRCIO INTERNACIONAL

A ampliação do relacionamento comercial do Brasil com os demais países do mundo pode trazer ganhos importantes para a economia brasileira. Ao mesmo tempo que permite acesso a novos mercados para produtos produzidos no país, permite à indústria e à sociedade em geral ter acesso a novos bens e tecnologias que estão disponíveis em outras partes do mundo. Isso possibilita, no caso empresarial, o aumento da produtividade, e no caso da sociedade, o aumento do bem-estar.

Para que isso ocorra é necessário por um lado, a adoção de medidas de aumento de competitividade do produto nacional. De outro, é essencial que se tenha um conjunto adequado de regras de defesa comercial e acordos estratégicos com países de interesse, garantindo que a troca comercial se reflita em efetivos ganhos para a sociedade. Através de acordos comerciais, pode-se alcançar maior facilitação do comércio com regras mais transparentes, redução de entraves aduaneiros e barreiras tarifárias e não tarifárias que inibem o comércio.

Avanços nos últimos anos:

- Aperfeiçoamento da defesa comercial brasileira, com combate à falsa declaração de origem e à prática da circunvenção, regulação de novas regras para investigação e aplicação de medidas antidumping e medidas de busca de isonomia entre produtos nacionais e importados;
- Facilitação do comércio exterior: implantação do Porto e Aeroporto 24h; aprimoramento do sistema de comércio exterior, com dispensa de apresentação de documentos na exportação e desenvolvimento de aplicativos e novas funcionalidades; e início da implementação do Portal Único de Comércio Exterior;
- Implantação do Siscoserv: sistema informatizado, desenvolvido para o aprimoramento das ações de estímulo, formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas à exportação de serviços;
- Regulamentação do Ata Carnet, que visa simplificar os trâmites das exportações e importações temporárias;
- Implantação do Reintegra.

Prioridades não atendidas/Retrocessos :

- Opção por uma agenda essencialmente política no Mercosul, limitando os avanços em negociações e acordos comerciais regionais e bilaterais para o país. O Brasil está à margem de acordos importantes como o TPP (entre países da Ásia e das Américas) e TTIP (entre os EUA e a União Europeia), que disciplinarão disposições normativas, com grande impacto no comércio mundial;

- No período recente, o Mercosul firmou acordo de livre-comércio com países com pouca relevância econômica - Israel, Egito e Palestina - e acordos limitados de preferências fixas com Índia e SACU – União Aduaneira do Sul da África, muitos deles ainda sem vigência. Acordos importantes com a União Europeia, Canadá e Índia não avançaram;
- Pouco avanço, no âmbito do Mercosul, na consolidação da União Aduaneira, na coordenação de políticas econômicas, além da crescente instabilidade das regras internas;
- Problemas no acesso ao crédito à exportação, sobretudo pelas exigências de garantias, afetando em particular as pequenas e médias empresas;
- Piora em indicadores relacionados ao comércio exterior: Redução do saldo comercial de US\$ 20,1 bilhões em 2012, US\$ 2,4 bilhões em 2013; redução em quase 5% do número de empresas exportadoras entre 2010 e 2013; estagnação da participação brasileira no comércio mundial entre 2010 e 2013 (1,3%), ficando abaixo do projetado pelo Plano Brasil Maior (1,6%).

9. INOVAÇÃO/TECNOLOGIA

O desenvolvimento de novas tecnologias e as inovações permitem criar novos produtos, novos processos, desenvolver novos mercados, reduzir custos e aumentar, sobretudo, a produtividade das empresas. Neste sentido, ter políticas definidas de incentivo à inovação é essencial para aumentar a competitividade de um país. Embora seja claro o aumento a cada ano dos recursos públicos destinados ao fomento, não é possível observar expansão compatível da taxa de inovação. De fato, os dados mais recentes apontam que ela se reduziu no período 2009-2011, quando comparado ao período 2006-2008, e o investimento de P&D, em relação ao PIB, continua em patamares muito baixos quando comparado aos principais países do mundo.

Avanços nos últimos anos:

- Expansão das linhas públicas de fomento para inovação;
- Crescimento do número de empresas que conseguiram acessar recursos públicos para inovação;
- Criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii);
- Estímulo à ampliação do depósito de patentes no Brasil, ainda que se observe elevada participação de empresas estrangeiras.

Prioridades não atendidas/Retrocessos:

- Burocracia excessiva nos processos de habilitação das empresas para obtenção de financiamento/fomento à inovação;
- Tempo muito elevado para análise de pedido de patentes, chegando até a 10 anos, reflexo do baixíssimo número de examinadores (apenas 270, comparado com 7.000 nos Estados Unidos);
- Redução da taxa de inovação, de acordo com a Pintec/IBGE passando de 38,1% entre 2006-2008 para 35,6% entre 2009-2011.

10. EDUCAÇÃO

Educação é um dos fatores mais importantes na competitividade de um país. Além de moldar as características da nação, a educação de qualidade permite aumentar significativamente a qualidade do profissional e, portanto, o resultado de seu trabalho. Mais educação implica em maior produtividade, com resultados positivos para empresas e trabalhadores.

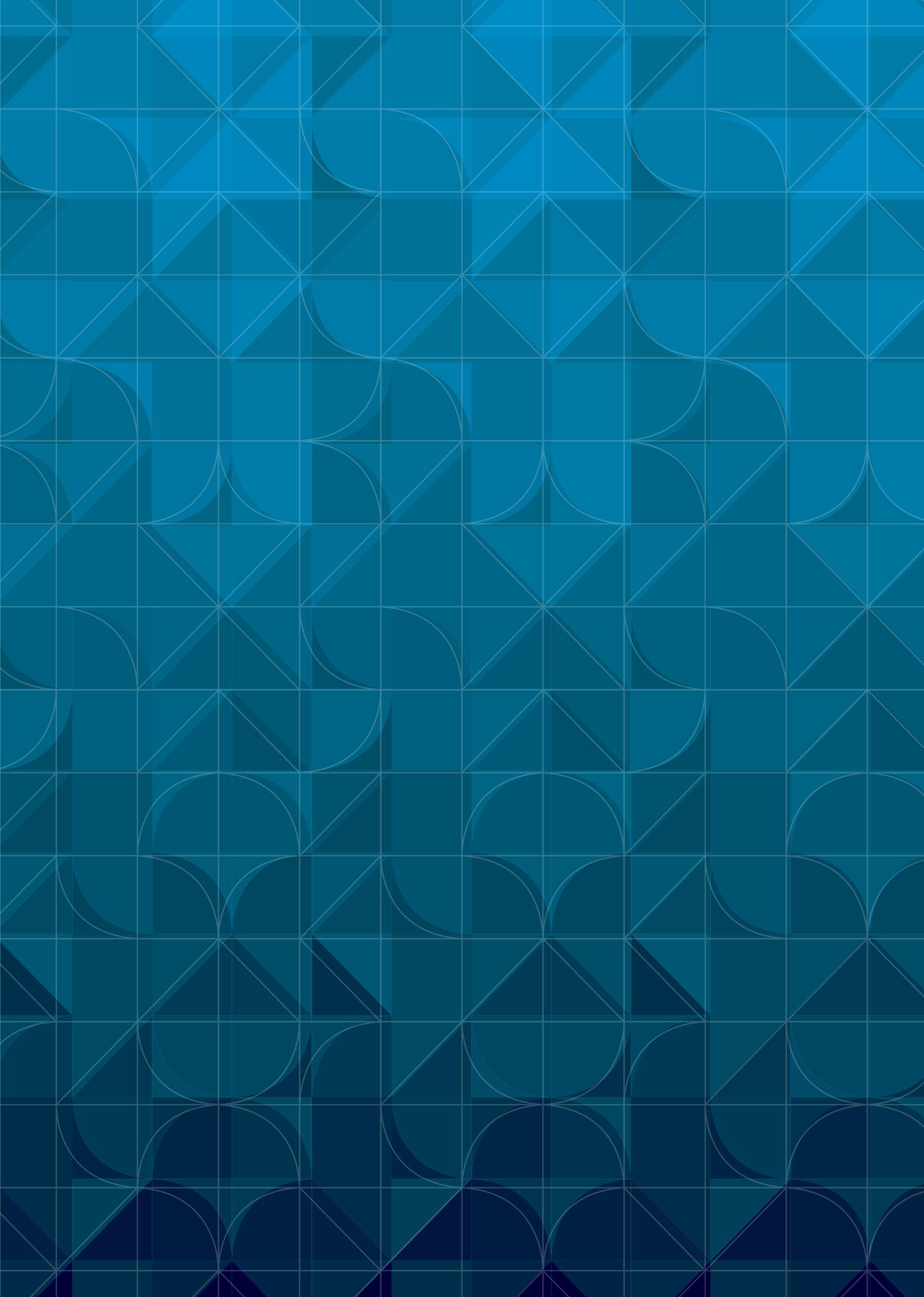
O atual governo fez uma importante opção por aumentar os recursos para a educação, sejam os atualmente disponíveis - com a criação de programas como o Pronatec, por exemplo - sejam os futuros, com a destinação de recursos originados da exploração petrolífera de parte do pré-sal para essa atividade. Apesar disso, desafios significativos ainda precisam ser vencidos, em especial no que diz respeito à qualidade da educação, à formação de gestores e ao reforço de competências básicas, como português e matemática. Somente com essa complementação o país, os trabalhadores e os empresários poderão se apropriar plenamente do retorno oferecido pelo investimento em educação.

Avanços nos últimos anos:

- Criação do Pronatec;
- Programa Ciência sem Fronteiras;
- Utilização do Enem para ampliação do acesso ao ensino superior;
- Melhoria dos processos de avaliação externa, como o Ideb;
- Políticas voltadas para ampliação do público universitário (Prouni, Fies);
- Aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE);
- Aumento da destinação de recursos para a educação.

Prioridades não atendidas/Retrocessos:

- Cobertura da Educação Infantil ainda insuficiente;
- Qualidade do Ensino Fundamental ainda inadequada;
- Necessidade de reforçar as competências básicas dos alunos (matemática e português);
- Expansão insuficiente da oferta de Ensino Médio;
- Educação integral no Ensino Médio ainda insuficiente, mesmo com Pronatec;
- Carreira dos professores não foi valorizada, havendo necessidade de melhor formação e de atualização dos currículos;
- Estrutura de rede insuficiente e falta de capacitação para os professores para utilizarem novas tecnologias já disponíveis na rede privada e na rede pública;
- Ausência de formação específica, por parte do poder público, para gestores escolares;
- Ausência de formação específica para docentes de educação profissional;
- Analfabetismo ainda não foi erradicado.



Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

Acompanhe as redes sociais do Sistema FIRJAN:    